

## ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM LUGARES ESQUECIDOS O PATRIMÔNIO COMO RESSIGNIFICAÇÃO DE ANTIGOS LEPROSÁRIOS

*Helena Thomassim Medeiros<sup>1</sup>*

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel

**RESUMO:** Este texto apresenta uma reflexão quanto ao termo patrimônio e seu uso enquanto elemento que pode ressignificar “lugares esquecidos” em espaços de memória. Trazendo a perspectiva de pensar este conceito nos novos usos e trabalhos desenvolvidos com o intuito de preservar as trajetórias de alguns hospitais colônia do Brasil. Muitos destes locais foram criados durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o intuito isolar pessoas contaminadas pela doença hanseníase. A análise aprofunda-se no processo de patrimonialização do Hospital Colônia Itapuã (HCI) localizado na cidade de Viamão, único leprosário construído no Rio Grande do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio. Patrimonialização. Ressignificação. Hospitais Colônia. Hospital Colônia Itapuã.

### *SPACES OF MEMORY IN FORGOTTEN PLACES: THE HERITAGE AS RESSIGNIFICATION OF FORMER LEPROSARIES*

**ABSTRACT:** *The text presents a reflection about the term patrimony and its use as an element that can resignify forgotten places in spaces of memory. Bringing the perspective of thinking this concept in new usages and works developed with the objective to preserve the trajectories of some of the colony hospitals of Brasil. Many of those places were created during Getúlio Vargas' government (193-1945), with the aim to isolate people contaminated by leprosy. The analyses explore the process of patrimonialization of Hospital Colônia Itapuã (HCI) located in the city of Viamão, the only leprosarium built in Rio Grande do Sul.*

**KEYWORDS:** *Patrimony. Patrimonialization. Resignification. Colony Hospitals. Hospital Colônia Itapuã.*

---

<sup>1</sup> Museóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: helena\_tm@outlook.com.

# ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM LUGARES ESQUECIDOS O PATRIMÔNIO COMO RESSIGNIFICAÇÃO DE ANTIGOS LEPROSÁRIOS

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma dissertação<sup>2</sup> que é desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Dentro do recorte temático da dissertação abordamos reflexões sobre o conceito de patrimônio, adentrando em um panorama – com base no trabalho realizado pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) – do uso de hospitais colônia no País enquanto espaços de memória. Também são descritas medidas consideradas como parte de um processo de patrimonialização do Hospital Colônia Itapuã (HCI), não apenas no âmbito institucional deste conceito, mas enquanto mecanismo de fortalecimento de identidades.

Os hospitais colônia foram construídos com a finalidade de isolar pessoas diagnosticadas com a doença conhecida como lepra. Enfermidade cujo nome foi alterado para hanseníase em 1995, com o intuito de diminuir o estigma e o medo vinculados a ela, fato oficializado pela Lei nº 9.010/95. Esta moléstia acompanha a história da humanidade, sendo sinônimo de segregação. No Brasil ela chegou junto com os portugueses, existindo registros de enfermos desde 1600. No século XVIII surgem as “Sociedades Protetoras dos Lázaros” e o isolamento domiciliar, posteriormente, os lazaretos, que eram construções precárias com o objetivo de isolar os doentes do convívio social.

Considerada, durante muito tempo, um castigo divino, foi apenas em 1873 que o médico norueguês Gehard Henrick Armauer Hansen (1841-1912) identificou o bacilo causador da doença, denominado *mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen. No Brasil, a Constituição de 1891 previa a autonomia dos Estados em relação as práticas sanitárias. Em 1904, com a reforma sanitária determinou-se que os leprosos deveriam permanecer em suas casas até que fossem construídos espaços para eles. Lazaretos foram construídos a partir de medidas voluntárias ou de emergência. Em 1918 a Liga Pró-Saneamento começa um movimento para conscientizar as elites políticas que a falta de cuidados com a saúde pública impedia o progresso do País.

---

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Em 1918 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior, instituindo um Serviço de Profilaxia Contra a Lepra e contra as doenças venéreas. O isolamento era a medida tomada para combater a lepra e poderia ser realizado de duas formas: em ambientes hospitalares (colônias para os capazes de trabalhar e asilos para os incapacitados) e domiciliar para os que tivessem condições de cumprir as medidas impostas pela vigilância sanitária.

Observamos, a partir destes dois métodos de isolamento, um elemento interessante para analisar o esquecimento de locais como o HCI que faz referência a outro problema social: a distinção entre classes econômicas. Ao doente pobre era obrigatório o internamento e reclusão social, ao enfermo com mais recursos financeiros era permitido estar em sua casa, de certa forma, mais perto de seu círculo social.

Em 1935 é elaborado um Plano Nacional de Combate a Lepra que previa a construção, pela União de Leprosários, de hospitais do tipo colônia agrícola; extensão e melhoramento dos já existentes; internação de todos os pacientes de Lepra (aberta ou mutilante), de mendigos e indigentes. São planejados Leprosários para pacientes hospitalizados, Dispensários para o tratamento ambulatorial de doentes não-internados e Preventórios para os filhos sadios de pais leprosos.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram construídos cerca de 30 (trinta) hospitais colônia no Brasil, com a finalidade de isolar pessoas contaminadas pela hanseníase. Entre eles o HCI, inaugurado em 1940, único Leprosário construído no Rio Grande do Sul, chegou a abrigar 2474 (duas mil quatrocentos e setenta e quatro) pessoas. As construções eram feitas normalmente em áreas afastadas dos centros urbanos, dentro do local a estrutura era similar a pequenas cidades, com casas para os casais, pavilhões com quartos, espaços de entretenimento, cemitério, escolas, fábricas para a produção itens consumidos pelos próprios moradores, moeda de circulação local, entre outras peculiaridades.

A descoberta do primeiro tratamento eficaz no combate a hanseníase ocorreu na década de 1940, sendo determinado o fim do isolamento compulsório no Brasil pelo decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. O número de pacientes dos Leprosários caiu, mas, estes lugares permaneceram em atividade nas décadas seguintes, a alguns, como o HCI, foram agregados novos usos, como a internação de pacientes psiquiátricos. Todavia muitos pacientes, agora curados ou em tratamento da hanseníase, preferiram permanecer nestes locais por não conseguirem se readaptar à vida fora dos hospitais. Percebemos que a exclusão de pessoas atingidas pela hanseníase em hospitais colônia, passa pela dualidade de

segregar os “indesejados” de uma sociedade e ao mesmo tempo a tentativa de proporcionar condições de vida dignas a eles.

Neste sentido, a ideia de patrimonializar espaços como os leprosários existentes em nosso País pode auxiliar na percepção de que as lembranças preservadas de uma sociedade não precisam ser apenas belas ou heroicas, mas também podem ser formadas de lutas, de exclusões e de resistência. Pois é isso que a própria doença hanseníase representa, uma luta constante para continuar a existir. Não valorizar isso é decretar que não nos interessam as histórias dos excluídos, “vencidos” ou marginalizados, e que apenas queremos recordar a história oficial dos grupos dominantes.

## **2 O PATRIMÔNIO NOS HOSPITAIS COLÔNIA**

A percepção de que um local, um bem ou uma prática pode ser considerado um patrimônio passa pelos processos de patrimonialidade e patrimonialização, conceitos descritos por Dominique Poulot (2009) como o potencial patrimonial de algum bem cultural e a institucionalização deste como patrimônio, respectivamente. Percebemos que esta ideia está atrelada a um processo de seleção, Poulot (2009) comenta que:

Uma primeira patrimonialidade encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diversos níveis, de especialistas ou de iniciados, em nome de afinidades e convicções, assim como de racionalizações eruditas e de condutas políticas, com determinados objetos, lugares ou monumentos. Mais tarde, na sequência de um longo processo de patrimonialização, a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado. (POULOT, 2009, p. 28)

Partindo destas premissas, faz-se necessário compreender como está estruturado essa linha entre a patrimonialidade e patrimonialização dentro do rico acervo, material e imaterial, que lugares como os hospitais colônia espalhados pelo País podem nos proporcionar. Percebendo como funcionaram e funcionam as ações de preservação destes locais.

Considerando que os museus e a ideia de patrimônio surgem, como legitimadores e “construtores” de nações, servindo, em um primeiro momento, para reforçar uma unidade cultural, podemos indagar: o que levaria a sociedade a considerar locais como leprosários enquanto um patrimônio a ser perpetuado? A ideia de bens patrimoniais está vinculada a um intuito de continuidade, algo que uma sociedade deseja que seja conhecido e lembrado.

Desta forma é possível que hospitais colônia não possuam patrimonialidade sobre algumas perspectivas ou que representem diferentes valores, por serem uma lembrança constante da exclusão. Contudo, é plausível que recebam novas leituras, passando por um processo de ressignificação a partir de iniciativas que busquem valorizar estes espaços enquanto elemento de nossa história.

Segundo André Desvallées e Françoise Mairresse (2013) o termo patrimônio vem do direito romano, sendo utilizado para definir o conjunto de bens herdados, eles também comentam a partir da Revolução Francesa “[...] o termo “patrimônio” passou a designar essencialmente o conjunto de bens imóveis, confundindo-se geralmente com a noção de *monumentos históricos*.” (DESVALLÉES; MAIRRESSE. 2013. p. 73). Marcia Sant’Anna (2009) comenta que, com a Revolução Francesa, formou-se também a ideia de um patrimônio representante e unificador de nacionalidades e, que no século XIX:

[...]os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação de seus patrimônios nacionais [...] Esses patrimônios eram, ao mesmo tempo, as riquezas das nações e a representação de seu gênio e sua história (SANT’ANNA, 2009, p. 50-51).

O patrimônio e o museu, em um primeiro momento, voltam-se para a materialidade. Entretanto, devemos perceber que compreendemos o mundo e nos enxergamos dentro dele através de camadas de subjetividade, portanto, nem fazendo parte de uma mesma cultura veremos essa de maneira igual, pois nos apropriamos de forma única. Considerando que historicamente o patrimônio vem sendo instituído de cima para baixo, representando visões destoantes de mundo e servindo para legitimar uma cultura dominante, percebemos que ao longo deste processo muitos grupos sociais foram postos à margem ou até mesmo esquecidos.

Sant’Anna (2009) relata que após a Segunda Guerra Mundial “[...] é que processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais, sem necessidade de mediação de objetos [...]” (SANT’ANNA, 2009, p. 51). Sendo assim, percebemos que recentemente estes horizontes patrimoniais estão sendo expandidos, buscando abarcar outras formas de perceber e interagir com o mundo. Sobre as transformações na concepção de patrimônio, Letícia Julião (2014) comenta que:

Se, originalmente, nas sociedades ocidentais, o patrimônio se associava ao aspecto econômico, da propriedade e seu estatuto jurídico, o mundo moderno conferiu-lhe a dimensão de um valor de memória coletiva. Ou seja, ultrapassando o sentido original de bens materiais que se

transmitem às futuras gerações, a ideia moderna de patrimônio evoca a transmissão de valores espirituais, de um legado cultural de determinada coletividade ao futuro. (JULIÃO, 2014, p. 175-176)

Deste modo, percebemos que o patrimônio legitimado, em muitos momentos, não foi escolhido pelo povo e sim por seus governantes ou por pessoas que correspondem às camadas dominantes de nossa sociedade hierarquizada. Garcia-Canclini comenta que:

[...] os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subordinado, secundário, dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos. Por isso, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual (GARCÍA-CANCLINI, 1994, p. 97).

Historicamente um dos patrimônios mais valorizados no Brasil foi o arquitetônico, posto que em diversos momentos a ideia de monumento e de patrimônio foi confundida. Atualmente, com iniciativas de valorização do patrimônio imaterial e do saber-fazer dos povos, há o reconhecimento de que a nação não é só patrimônio de pedra e cal, mas um conjunto heterogêneo de culturas, dominações e perspectivas, pode nos levar a locais como os hospitais colônia. Fonseca (1997), aponta a perspectiva de que:

A questão de patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação. Permeando essas dimensões está a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – e aqui me refiro tanto à produção quanto à conservação ou destruição – na elaboração das categorias de espaço e tempo. Ou seja, o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento (FONSECA, 1997, p. 49).

O patrimônio pode ser constituído de bens materiais ou imateriais, ligados a uma herança cultural a qual é valorada pela sociedade que se identifica ou não com eles. Deste modo, entram as instituições de memória, que formulam um passado a partir de escolhas, que envolvem também o esquecimento, afim de unificar uma identidade. Pode-se dizer que, lembramos aquilo que queremos lembrar, o que para nós traduz uma identidade. Um dos caminhos para o processo de identificação da população com determinado patrimônio tem base no conhecimento que ela possui do mesmo. Sendo assim, os espaços de memória

constituem um local importante para o acesso à informação e a proposição de reflexões. A preservação do patrimônio dos hospitais colônia vincula-se a perspectiva de que:

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Esta categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

Sendo assim, preservar os hospitais colônia, as trajetórias vinculadas a eles, pode relacionar-se a uma revalorização das memórias dos excluídos de nossa sociedade, representando um movimento de contestação a uma imagem de nação feita de momentos heroicos e belos, é lembrar daqueles que, muitas vezes, não puderam ter suas vozes ouvidas em vida. Fica nítido que não temos como reviver os mortos ou buscar fontes intactas de memória, mas temos como lembrar e valorar a existência destas pessoas, assim formando outras que preservem este local por tudo que ele representa a partir da reapropriação destas histórias e da ressignificação destas estruturas.

### **3 PATRIMONIALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS COLÔNIA**

Com o intuito de preservação e conhecimento, o MORHAN organizou, no ano de 2010, uma publicação intitulada “Cadernos do MORHAN - Projeto Acervos”, vinculada ao Projeto Global sobre a História da Hanseníase, promovido pela International Leprosy Association (ILA), com recursos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Nippon Foundation. Nesta edição constam informações sobre acervos de 14 (quatorze) hospitais colônia, três no estado do Rio de Janeiro, dois no Ceará, dois em São Paulo, dois em Minas Gerais, um em Goiás, um em Pernambuco, um no Piauí, um no Maranhão e o HCI no Rio Grande do Sul.

O objetivo do projeto é a formação de um banco de dados para pessoas interessadas em pesquisar sobre a história da hanseníase e o intuito do MORHAN é a criação de centros de documentação e pesquisa, contando com a participação de voluntários, pesquisadores e historiadores. Das instituições que constam na publicação, seis possuíam o acervo inventariado e as outras estavam em processo de quantificação. Um ponto que merece ser destacado é que eles colocam a importância dos moradores destes locais enquanto atores no processo de salvaguarda desta memória. As instituições fizeram

um relato breve de suas histórias e preencheram um questionário que visava compreender a tipologia de acervo e como era o estado de conservação do mesmo.

Considerando o tema aqui abordado, nos focaremos nas respostas de quatro questões específicas apontadas no questionário<sup>3</sup> proposto nesta publicação. São elas: “6 – Há algum tipo de trabalho de preservação?”; “7 – Em caso positivo: que tipo de ação de preservação?”; “14.1. A comunidade está envolvida no trabalho?”; “15. Existe um trabalho de recuperação da memória dos moradores da colônia através de História Oral?”. Através destes dados fornecidos por apenas 14 (quatorze) dos cerca de 30 (trinta) hospitais colônia do Brasil, percebemos que destes: 08 (oito) realizavam algum trabalho de preservação, sendo que apenas 02 (dois) apresentaram Memorial ou Museu, em 09 (nove) a comunidade estava envolvida com o trabalho e 08 (oito) faziam algum trabalho de história oral.

Considerando que tal levantamento já tem quase dez anos percebemos que o número de espaços de memória destinados a abordar a temática dos Leprosários construídos durante o Estado Novo e suas trajetórias pode ter sido alterado. O próprio HCI hoje conta com um Memorial que não existia naquela época. Até o momento, encontrei informações sobre a elaboração de espaços de memória em quatro antigos hospitais colônia.

O Hospital Colônia de Santa Tereza (HCST) na cidade de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina aponta no relatório do MORHAN a existência de um memorial. Neste local existia um Museu, montado onde era originalmente a casa do padre, na qual foram coletados fotografias, maquinário e objetos que eram utilizados pela instituição. Em um artigo, Serres e Borges (2014) comentam que:

A iniciativa partiu de funcionários do hospital, preocupados com o desaparecimento dos documentos, registros fotográficos e objetos. Na tentativa de preservar tais vestígios, foi criado na antiga casa do padre da Colônia, um pequeno Museu, aberto à comunidade interna e externa ao hospital. O Museu retrata um pouco da vida no hospital, foi organizado e é gerido pelos próprios funcionários da Instituição, com a ajuda de alguns pacientes/moradores (SERRES; BORGES, 2014, p. 05).

Segundo as autoras, no ano de 2013 começou a ser realizado um projeto de extensão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), denominado Projeto

---

<sup>3</sup> O modelo do formulário enviado pelo MORHAN aos hospitais colônia e outras informações podem ser encontradas em: COLEÇÃO CADERNOS DO MORHAN. Projeto Acervo: pela recuperação e preservação dos registros históricos dos hospitais colônia. Ed. 06, 2010, 128p. Disponível em: <[http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno\\_06\\_acervo\\_BAIXA.pdf](http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno_06_acervo_BAIXA.pdf)>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

Arquivos Marginais, que busca, por meio de entrevistas, identificar o acervo guardado. A partir deste trabalho estariam reorganizando a antiga exposição e alterando a nomenclatura de “museu” para “memorial”. Entretanto, no ano passado este hospital ainda sofria com a possibilidade de fechamento.

O Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL), antigo Asilo-Colônia Aimorés, localizado na cidade de Bauru em São Paulo, que também consta na publicação do MORHAN como possuindo um Museu, teria feito a salvaguarda de coleções científicas, registros médicos, filmes, slides, fotos e negativos que abordam a vida dos doentes e a trajetória da hanseníase. O conjunto arquitetônico do local que envolve os prédios do Cassino, Igreja, Correio e residências coletivas, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Posto que foi “[...] considerado [...] como sendo de importância histórica e portanto recebendo parecer favorável para seu tombamento, conforme processo nº 001-15.652-91-0, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 19/09/97.” (ILSL. [2017?], doc. eletr.). Segundo o órgão responsável pelo tombamento:

O antigo asilo colônia Aimorés foi pioneiro das pesquisas sobre a hanseníase, constituindo uma referência mundial no assunto até hoje, ao Instituto Lauro de Souza Lima.

Além de valores históricos e arquitetônicos identificados, o tombamento em questão considerou o reconhecimento como patrimônio cultural dos remanescentes de um capítulo doloroso e relegado da história da saúde em São Paulo, restabelecendo o seu direito à memória em âmbito público (CONDEPHAAT, [2017?], doc. eletr.).

No Rio Grande do Sul, o HCI aparece na publicação do MORHAN com o trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE). Considerando que atualmente funciona nas dependências da instituição o Memorial HCI com uma exposição que ocupa dois andares do prédio onde era a antiga casa das Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã, responsáveis pelo cuidado com os pacientes do Leprosário.

Além das iniciativas em Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, foram encontradas informações sobre a construção do Centro de Memória Luiz Vergani na Colônia Santa Isabel, localizada na cidade de Betim, em Minas Gerais. Na página da prefeitura da cidade consta que este Hospital foi construído para ser um dos maiores Leprosários do Brasil “O autor do projeto de Santa Isabel foi o urbanista Lincoln Continentino, nome consagrado no cenário mineiro de então. No projeto, ele associou o pensamento de vanguarda, naquele período, sobre o urbanismo e as políticas de saúde.”

(PREFEITURA, [2018], doc. eletr.). Segundo uma reportagem realizada pela TVBetim UHF (2016) com Hélio Dutra – presidente da associação do bairro Citrolândia –, o local foi inaugurado em 2016. Ele abriga a documentação deste hospital colônia e é identificado como primeiro centro de memória dos hospitais colônia, apontando a importância desta instituição para a história da cidade, pois chegou a abrigar mais habitantes que o próprio município. Segundo uma reportagem da Rede Super de Televisão (2016) este Hospital foi aos poucos sendo mesclado com o bairro e hoje formam a Citrolândia. A ideia é de que este espaço, próximo ao Instituto INHOTIM, possa fazer parte de uma rota turística. O jornal “O Tempo Betim” (2009) aponta que o conjunto arquitetônico do local, que engloba “[...] o Portal, o Cine-teatro Glória, o sistema de alto-falante, as ruínas do antigo pavilhão, o campo de futebol e os clubes Minas e União” (O TEMPO, 2009, doc. eletr.), teria sido tombado em 2000. No site da Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE), responsável pelo tombamento, são apresentados os dossiês completos de tombamento da Colônia Santa Izabel, do Cine-Teatro Glória e do Portal, que datam de 1998, 2017 e 1998 respectivamente.

#### **4 HCI: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE UM HOSPITAL COLÔNIA**

Quanto ao processo de patrimonialização do HCI podemos destacar o fato de que, em 1999, passou a funcionar nas dependências do Hospital o CEDOPE. Segundo Serres (2013), começou vinculado ao Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde do Rio Grande do Sul (CEIDS), e contou com a ajuda de voluntários do curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A dissertação de Serres, de 2004, coloca que no começo deste trabalho, um grupo de alunos chegou ao Hospital no verão de 2000 para passar cerca de um mês. Eles foram acomodados em um dos pavilhões, segundo a autora “Havia caixas com papéis para classificar e descrever, pilhas de fotografias para catalogar e “moradores-usuários” para entrevistar” (SERRES, 2004, p. 15). Aos poucos dividiram-se nas diferentes tarefas, sendo coordenados por uma historiadora do local, foram apresentados aos pacientes. Quanto ao acervo deste centro:

O CEDOPE do Hospital Itapuã possui uma série de documentos produzidos pela Instituição, além de revistas, de boletins e de demais publicações sobre a Lepra, destaca-se os regulamentos internos, alguma documentação da “prefeitura dos internados”, alguns relatórios das atividades do Hospital, que incluem informações sobre o tratamento da doença, o movimento de pacientes, a administração do estabelecimento e as informações técnicas (SERRES, 2004, p. 20).

Na publicação do MORHAN, citada anteriormente, consta que: “Parte do trabalho já realizado no CEDOPE/HCI precisará ser refeito, tendo em vistas problemas estruturais e administrativos pelos quais o hospital passou nos últimos anos. Muitas das informações e da organização se perderam” (COLEÇÃO, 2010, p. 17). Em entrevista realizada em 2015 com Everton Reis Quevedo, que participou do CEDOPE, enquanto estudante de história da UFSM, ele comenta que:

O que que se tinha lá no CEDOPE, de um primeiro momento era mais a documentação institucional mesmo, as fotografias a gente foi buscar com as pessoas, neste processo de interação com elas, elas gostavam da ideia, enfim, e nos recebiam muito bem, e doavam esse material. Tanto que depois, infelizmente, nas outras gestões do Estado o CEDOPE foi deixado de lado e muitas dessas pessoas foram lá e buscaram suas fotos de volta. Buscaram, porque [...] estava fechado, desarticulado, ninguém sabia mais o que fazer, as pessoas [...] acreditaram em um primeiro momento, depois viram essas suas trajetórias, lá depositadas, [...] muitos doaram fotos de casamento, fotos de batizado, fotos de coisas importantes pra sua trajetória, e aí quando eles viram que o material podia se perder, foram lá e buscaram (QUEVEDO, 2015, inf. verb.).

Sendo assim, o CEDOPE funcionou regularmente entre 1999 e 2001, e posteriormente passou por períodos de abertura e fechamento. Em 2005 houve uma tentativa, por parte do Museu da História da Medicina (MUHM) de reativar este trabalho e em 2007 o Projeto Global sobre a História da Hanseníase, promovido pela Universidade de Oxford, também realizou uma nova tentativa. Apesar da perda de boa parte do material elaborado, permanecem ainda hoje, no Memorial HCI, elementos criados e histórias pesquisadas neste período. Sobre esta primeira tentativa de preservação da história do HCI, Quevedo comenta que:

[...] serviu para dar visibilidade sim aquele acervo, então as pessoas tomaram contato. A comunidade acadêmica conheceu esse material, claro estou falando das teses em especial, mas quantas pessoas depois passaram por esses trabalhos para os seus próprios trabalhos, quantos artigos isso se transformou, quantas comunicações. Eu acho que ele serviu, e com isso levou a trajetória dessas pessoas, levou a memória dessas pessoas [...] (QUEVEDO, 2015, inf. verb.).

A partir do trabalho desenvolvido pelo CEDOPE foi organizada a exposição “HCI – 60 Anos de História”, no ano de 2000, em homenagem ao aniversário da instituição. A inauguração foi realizada dentro do HCI para os pacientes, mas a proposta era de uma exposição itinerante, Quevedo comenta que:

No primeiro momento a gente só tinha texto realmente, texto e imagem, porque a ideia é que fosse itinerante [...] a gente não tinha muito recurso, então como é que a gente ia montar uma estrutura para levar objeto, para levar peça, então, as primeiras exposições elas eram realmente só esses painéis com texto e fotografias, e esses textos eram constituídos basicamente das entrevistas, então era a fala das pessoas [...] (QUEVEDO, 2015, inf. verb.).

Contudo, algum tempo depois passaram a ser incorporado objetos, que hoje encontram-se no Memorial. A partir da iniciativa do CEDOPE, outras exposições surgiram, como em 2007, quando foi realizada “A História da Saúde Pública no Rio Grande do Sul sob a Ótica dos Hospitais Estaduais”, organizada pela Secretaria da Saúde. Foi montada com *banners*, que contavam a história dos hospitais estaduais, entre os quais figura o HCI. Durante entrevista realizada em 2015, a relações públicas Lia Conceição Mineiro de Souza Magalhães, que participa da assessoria de comunicação dos hospitais estaduais comenta que “A história passou a ser nosso carro chefe, eu acho, dentro dos Hospitais, porque é inegável a importância dessas instituições dentro da saúde pública” (MAGALHÃES, 2015, inf. verb.).

No ano de 2012 o MUHM realizou a exposição “Da Lepra à Hanseníase”. O diretor técnico do museu era Everton Reis Quevedo e a iniciativa foi desenvolvida em parceria com o gabinete da Primeira-Dama do Estado, na época, Sandra Genro. Foram utilizados objetos cedidos por comodato pelo HCI que também participou da atividade, assim como acervo documental da própria instituição.

Em 2014 a história do HCI foi o motivo da criação do Memorial HCI, ganhando uma exposição de longa duração, dentro do próprio Hospital. Já inaugurado, este espaço de memória, participou da “V Mostra Museológica de História da Medicina”, enviando alguns elementos de seu acervo, evento que aconteceu no Memorial da Santa Casa de Misericórdia no ano de 2015. Em 2017 soube da exposição “Caminhos da Saúde Pública no RS”, realizada novamente pela Secretaria de Comunicação dos Hospitais Estaduais com *banners* sobre a história destes hospitais.

Percebemos que, das seis exposições encontradas, duas foram realizadas pela Secretaria de Comunicação dos Hospitais Estaduais, em 2007 e 2017; em três, incluindo estas, e a “V Mostra Museológica de História da Medicina” (2015), constata-se que o tema não era o HCI, mas a história dos hospitais e da medicina. As outras 3 exposições, “HCI – 60 Anos de História” (2000), “Da Lepra à Hanseníase” (2012) e o Memorial HCI (2014), tem ligação direta ou indireta com o trabalho desenvolvido pelo CEDOPE, considerando que, ainda hoje no Memorial, parte dos textos expográficos são os *banners* desenvolvidos

para a exposição de 2000. Destas seis exposições, recebi informação sobre a visita de moradores em apenas três. Dentre elas a realizada pelo CEDOPE, pois foi inaugurada dentro do Hospital. Na exposição do MUHM, segundo Quevedo:

[...] teve um momento muito legal, muito legal da exposição, que foi quando os internos do HCI vieram visitar, vieram ver a exposição, claro que aqui estava em um outro contexto, então eles se viram mais aqui dentro [...] eles gostaram muito, a reação foi muito legal, muito positiva, eles gostaram tanto que no final eles cantaram para nós para agradecer. [...] Vieram famílias, vieram alguns filhos também, pessoal que mora aqui em POA veio, foi bem bacana, a visita foi muito legal, muito legal mesmo, foi um dos momentos mais bonitos que a gente viveu aqui, porque quando a gente tem essa troca é muito legal (QUEVEDO, 2015, inf. verb.).

A exposição do Memorial também teria sido visitada pelos pacientes que aparecem em diversos vídeos postados na internet falando sobre a mesma. Em entrevista realizada em 2017, a enfermeira Rita, uma das organizadoras e coordenadora do local e do patrimônio do Hospital, comenta que:

O bonito é tu ver o teu morador que fez parte da história chegar e dizer assim: “Dona Rita, eu hoje tenho visita, eu posso leva-los para ver as minhas fotos, as nossas fotos, a foto de meu casamento?” Então foram vários os pacientes que me chamaram, tipo assim, eles receberam visita.  
- Dona Rita, eu estou com visitas.  
- Está aqui a chave.  
- Não, venha junto para contar.  
Então, porque eles também querem saber de alguma forma, como é que foi a história toda. Porque muitos parentes não sabem. E os poucos que recebem [visitas] fazem questão de mostrar [...] (CAMELLO, 2017, inf. verb.).

A partir destas colocações podemos pensar a importância destas exposições para a autoestima dos próprios moradores do HCI. Ao mesmo tempo percebemos que todas estas iniciativas são tomadas por grupos externos ao Hospital, no sentido que não ocorreram a partir dos pacientes ou suas famílias, tendo em vista que eles seriam os principais interessados por terem sofrido com as medidas de isolamento.

Talvez com a melhor das intenções, contar esta história por um olhar “de fora” coloca, mais uma vez, estes moradores à margem de suas próprias memórias, posto que, em um primeiro momento, eles foram fonte de informação no CEDOPE e depois viram os bens que doaram sofrendo pela falta de cuidado. Posteriormente participaram, quando tiveram a possibilidade, enquanto espectadores de um trabalho feito a partir deles, e hoje, mesmo com um memorial dentro do Hospital – que é também sua casa –, não são eles que

contam suas histórias. Apesar de aparentemente estes trabalhos terem surgido a partir da fala destas pessoas, ainda não percebemos iniciativas próprias deles enquanto protagonistas neste processo de patrimonialização.

Um outro elemento mais tradicionalmente vinculado ao processo de patrimonialização são iniciativas de tombamento. Com o HCI não é diferente, considerando que em 2010 a Antiga Igreja Evangélica do local foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Esta Igreja, não estava no projeto original do HCI, considerando que a lepra era uma doença que estava “sob os cuidados” da Igreja Católica desde a Idade Média, contudo, segundo Proença:

Tão forte era a participação de protestantes na instituição, que no dia 19 de dezembro de 1948, a comunidade protestante se reuniu para conseguir fundos - procedentes de suas cidades de origem - para a construção de uma capela para seus cultos, intitulada “*Templo de Jesus Cristo*” (PROENÇA, 2005, p. 96-97).

Este prédio foi a última obra do arquiteto Alexander Josef Wiederspahn (1878-1952) que foi, segundo Paulo Bicca (2010), responsável por edificações como o Hotel Majestic, a Faculdade de Medicina da UFRGS, a Delegacia Fiscal, a sede da Agência Central dos Correios e Telégrafos, entre outros importantes prédios. Durante uma visita realizada em 2015, soube que os azulejos teriam sido importados da Alemanha, e no site do IPHAE consta que:

O projeto, minuciosamente detalhado, compõe-se de mais de 30 pranchas. O prédio possui planta irregular, com um polígono octogonal central ocupado pela nave da igreja, de onde se projetam os demais volumes. Na frente, hall de acesso com torre sineira e dois alpendres laterais, e na parte posterior, espaço do altar e sacristia com planta ortogonal. A edificação possui paredes de alvenaria de pedra granítica e tijolos, vitrais nas janelas e bandeiras das portas, cobertura em telha de barro do tipo francesa e estrutura do telhado em madeira (IPHAE, [2015?], doc. eletr.).

Uma questão interessante é que este é o único bem tombado pelo IPHAE na cidade de Viamão, um dos municípios mais antigos do Estado, e está localizado justamente em um local para onde eram levadas pessoas “indesejadas” pela sociedade.

#### **4.1 HCI: PATRIMÔNIO EM PROCESSO**

Considerando que a formação de um patrimônio não ocorre apenas com a institucionalização do mesmo, mas é fruto de um processo de construção e

reconhecimento de valores históricos e identitários, percebemos que outras ações se agregam como importantes neste cenário. Um exemplo disto é que no ano de 2012 foi gravado dentro das dependências do HCI o documentário “A Cidade”, dirigido por Liliana Sulzbach, financiado pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (FUMPROARTE) da Secretaria da Cultura de Porto Alegre. Segundo o site da prefeitura este curta:

[...] aborda a singularidade de uma microcidade, [...] a cidade (título do filme) é o que restou do chamado leprosário fundado em 1940, para onde foram levados mais de 1,4 mil doentes vindos de regiões do Estado. Hoje, ainda há alguns moradores no lugar, com mais de 60 anos (PREFEITURA, 2016, doc. eletr.).

O curta de 25 minutos conta a história do Hospital a partir da perspectiva de seus pacientes-moradores, no DVD e no site “A Cidade Inventada”<sup>4</sup> é possível percorrer o local, aprender sobre sua história, assistir ao filme e ao cinejornal realizado em 1943. A diretora e roteirista Liliana Sulzbach comenta que o projeto:

[...] se sustenta em três pilares: o filme “A Cidade” (exibido em festivais, salas de cinema e televisão), o DVD com material complementar e um website intitulado “A Cidade Inventada”, cuja navegação permite um passeio pelo lugar de forma interativa, apresentando um outro jeito de vivenciar a história (A CIDADE, [2018], doc. eletr.).

No site também podemos selecionar locais do HCI para conhecer, ouvimos e vemos entrevistas com os moradores, assim como fotos antigas do local. Durante a visita que realizei, em 2017, ao Memorial, haviam duas senhoras que foram conhecer a instituição influenciadas por este documentário, fato que demonstra seu potencial de ressonância.

Outro exemplo de ação que pode relacionar-se com a percepção de uma patrimonialidade em “lugares esquecidos” e que não se associa com a institucionalização dos mesmos, é a criação de cartões-postais que tem como tema o HCI. Durante os anos de 2014 e 2017 aconteceu o “Projeto Economia Solidária com População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre”. Vinculado ao projeto “EcoSol e PopRua: Conectando Vivências” do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), que é uma organização não governamental cuja missão é:

---

<sup>4</sup> Mais informações em: A CIDADE Inventada. Disponível em: <<http://www.acidadeinventada.com.br/#home>>. Acesso em: 27 de março de 2018.

Promover a garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações urbanas através da mobilização social, da formação de lideranças democráticas e da produção de conhecimento no sentido da construção de novos referenciais de desenvolvimento local sustentável. (CAMP, [2018?]b, doc. eletr.)

Este projeto tinha como intuito “[...] sensibilizar, mobilizar e formar 300 pessoas em situação de rua (100 em cada pólo) sobre temas relacionados à economia solidária, educação e qualificação profissional” (CAMP, [2018?]a, doc. eletr.). Com ele foram desenvolvidos três coletivos, dentre eles o “Fundo Solidário Resistência Pop Rua” vinculado ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RS. Segundo o site:

O Fundo, como é comumente conhecido, produz *botons* e chaveiros com imagens de resistência, como o próprio logo do Fundo Solidário, do MNPR, Zumbi dos Palmares, entre outros. Além disso, o coletivo teve a oportunidade de produzir uma série fotográfica denominada “Internações forçadas, NÃO! Cuidado em liberdade, SIM!”, na qual foram registrados diversos locais que serviram de espaços para internação de pessoas, em outras épocas. Para captação das imagens foram realizadas saídas de campo e que resultaram em 24 imagens das quais foram impressas em cartões postais e fotografias em tamanho grande para exposições. A comercialização dos cartões postais e fotografias revertem em recurso direto para os participantes (CAMP, 2017, doc. eletr.).

Neste coletivo foram realizados cartões postais sobre lugares de exclusão, fazendo parte da “Campanha contra a internação Forçada”. Dentre os locais escolhidos estava o HCI, com diversas fotografias pertencentes a série “Internações forçadas, NÃO! Cuidado em liberdade, SIM!”. Portanto, este lugar de exclusão foi transformado em um cartão postal da região metropolitana do Estado. Este trabalho visou a geração de renda, sendo um “[...] projeto de autonomia financeira e independência do Movimento Nacional da População de Rua do RS” (FUNDO, [2018?], doc. eletr.).

Poderíamos perceber estas duas últimas iniciativas, como tendo um grande potencial de ressonância e ressignificação deste espaço, posto que envolveram pessoas, as motivaram a conhecer, fotografar, pesquisar, filmar e divulgar, direta ou indiretamente, a história do HCI. A primeira iniciativa apresenta o Hospital e seus moradores utilizando as falas, fotos e filmagens dos mesmos e disponibilizando este conteúdo online e gratuitamente, o que a torna muito acessível. A segunda traz à tona outra faceta desta instituição, sendo incentivada por lutas contra a marginalização e reclusão dentro de nossa sociedade. Desta forma, poderíamos dizer que tais ações estão sim relacionadas a

patrimonialização desta instituição, mesmo que não por meios oficiais, elas propiciam o conhecimento e podem gerar uma série de diferentes ressignificações deste local.

O HCI apresenta aspectos vinculados à imaterialidade, além de elementos associados a ideia tradicional de patrimônio, considerando aspectos como a arquitetura do local e o acervo encontrado no mesmo. Dentro deste Hospital houve, e há, grupos de pessoas que se relacionaram e que, de certo modo, constituíram uma forma de vida peculiar dentro dos limites desta instituição. Modos de fazer e viver específicos, que foram desenvolvidos em virtude do isolamento e das limitações físicas que a hanseníase poderia gerar, como os moldes de sapato, as fábricas e locais de socialização existentes neste ambiente. Outro aspecto são as leis e regras internas que regiam o comportamento dos moradores. Porém, considerando o curto espaço de tempo entre sua criação e seu gradual esvaziamento, poderíamos dizer que o que se constituiu neste local foi um modo de viver que, em diversos aspectos, imitava o mundo do qual estas pessoas foram excluídas, mas reinventando-o. Constituindo uma referência de identidade para aqueles cujas vidas foram afetadas, tanto pacientes, como familiares e funcionários. A importância do HCI está também no âmbito da memória destas pessoas, que formam o acervo desta instituição, servindo de base e fonte de informação para trabalhos acadêmicos, exposições, mediações e documentários.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo considerando os poucos exemplos citados ao longo deste texto, percebemos que a patrimonialização dos hospitais colônia no Brasil não ocorre de maneira uniforme, pois estes locais desempenham diferentes papéis dentro das comunidades nas quais estão inseridos. Notamos que alguns destes lugares puderam ser incorporados ao entorno, sendo a hanseníase apenas um momento dentro de sua história, enquanto para outros o isolamento permanece, sofrendo com o constante risco de destruição e esquecimento, aspecto que, talvez, possa ser relacionado com a falta de aproximação e uso.

As iniciativas de preservação surgem de diferentes grupos que ressignificam estes locais como símbolos da história da saúde, do isolamento, de preconceito, da trajetória de um local, mas, acima de tudo, de vidas humanas. A ideia de pesquisar e compreender como o processo de patrimonialização ocorre nestes “lugares esquecidos” abre diversas perspectivas para pensarmos os aspectos que nos fazem considerar ou não algo como patrimônio, e como as políticas públicas influenciam em sua valorização ou esquecimento.

Os hospitais citados pela publicação do MORHAN que dizem desenvolver algum trabalho de preservação carecem de um estudo mais aprofundado, a fim de descobrirmos quais projetos foram continuados e de que forma estes procederam. O que pudemos perceber é que diferentes motivos levaram a criação dos espaços de memória nos hospitais colônia de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Podemos dizer, de forma genérica, dos casos citados que o primeiro se refere à continuidade de um trabalho iniciado por funcionários da instituição; o segundo tem relação ao acervo científico do local; o terceiro representa a ideia de uma apropriação da comunidade gerando interesse em relação a preservação; o quarto é fruto de diferentes iniciativas que convergem, por assim dizer, em um Memorial.

O caso do HCI no Rio Grande do Sul é o foco deste artigo pois a partir deste exemplo percebemos diferentes formas de compreender o significado que um local de exclusão pode ter em nossa sociedade. Considerando que esta instituição acaba por se mesclar ao imaginário de um lugar e as memórias da população, passa a ser também elemento de sua história. Sendo visado por iniciativas de preservação que vão desde a relação a um patrimônio mais “tradicional”, vinculado a arquitetura e a criação de espaços de memória, até a uma ideia de construção de identidades e de uma ressignificação associada a lutas e a resistência.

Percebemos que, seja direta ou indiretamente, os trabalhos desenvolvidos durante diferentes períodos e que abordaram o HCI de variadas maneiras, interferiram para a existência de um memorial, sendo também inseridos como elementos do discurso expográfico construído. Hoje, este espaço de memória apresenta esta instituição e seus moradores, inserindo estas informações dentro de uma “história oficial” construída pelo patrimônio e pela legitimação deste lugar. Assim, auxilia também na formação da identidade de um grupo, na preservação desta trajetória e em sua divulgação.

Quanto à perspectiva de tombamento, percebemos ao caminharmos pelo HCI a fragilidade de diversos prédios, este elemento nos faz questionar se o uso não seria a melhor alternativa para uma conservação eficaz. Sobre esta ótica poderiam ser destacadas duas iniciativas que não visam a preservação do HCI enquanto estagnação de suas estruturas, mas através da comunicação e do combate a políticas públicas de exclusão. Seriam estas ações a realização do documentário “A Cidade” e a elaboração de cartões-postais que tem este Hospital como tema.

Concluimos que nossa pergunta inicial *o que levaria a sociedade a considerar locais como leprosários enquanto um patrimônio a ser perpetuado?* pode ser respondida a partir do momento

em que percebemos que a criação e a necessidade de um patrimônio que nos represente depende das formas como nos apropriamos do passado. Podemos ver nestes ambientes a beleza das vidas e das relações que se construíram, assim como o medo e o preconceito que levaram ao sofrimento destas pessoas. Essas lembranças são necessárias para que a partir delas possamos refletir sobre o passado e forjar um novo futuro.

## REFERÊNCIAS

A CIDADE Inventada. *Motivação do Diretor*. Disponível em: <<http://www.acidadeinventada.com.br/#motivation>>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

BICCA, Paulo. *Arquiteto Theo Wiederspahn: um eclético no sul do Brasil*. In: Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 45, n. 4. 2010. p. 48-53. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/8553/6067>>. Acesso em 28 de nov. de 2017.

BRASIL, Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à Hanseníase e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de março de 1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm)>. Acesso em: 15 de set. de 2017

CAMELLO, Rita Sosnoski. *Entrevista 04*: 24 de nov. de 2017. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2017.

CAMP. *EcoSol e PopRua*. [2018?]a. Disponível em: <<http://camp.org.br/ecosol-e-poprua-conectando-vivencias/>>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

CAMP. *O CAMP*. [2018?]b Disponível em: <<http://camp.org.br/sobre-o-camp/>>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

CAMP. *Autonomia e Resistência do Movimento Nacional de População em Situação de Rua nas Práticas em Economia Solidária*. 2017. Disponível em: <<http://camp.org.br/2017/12/13/autonomia-e-resistencia-do-movimento-nacional-da-populacao-em-situacao-de-rua-nas-praticas-em-economia-solidaria/>>. Acesso em 27 de mar. de 2018.

COLEÇÃO Cadernos do MORHAN. *Projeto Acervo: pela recuperação e preservação dos registros históricos dos hospitais colônia*. Ed. 06. 2010. 128p. Disponível em: <[http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno\\_06\\_acervo\\_BAIXA.pdf](http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno_06_acervo_BAIXA.pdf)>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

CONDEPAAT. *Bens Tombados*. Antigo Asilo Colônia Aimorés. Disponível em: <<http://condepaat.sp.gov.br/benstombados/antigo-asilo-colonia-aimores/>>. Acesso em: 26 de mar. de 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (ed.) *Conceitos-chave da museologia*. Tradução de: SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013, 100 p. Disponível em: <<http://icom.museum/>>=

leadadmin/user\_upload/pdf/Key\_Concepts\_of\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\_pt.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997, 316 p.

FUNARBE. *Patrimônios Culturais*. Disponível em: <<http://www.funarbe.betim.mg.gov.br/Patrimonios>>. Acesso em: 26 de mar. de 2018.

FUNDO Solidário Resistência PopRua. [sobre]. *Facebook*. [2018?]. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/FUSPOPRUA2017/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FUSPOPRUA2017/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1994, p. 95-115. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>>. Acesso em: 30 de set. de 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33. 84

IISL. *Museu*. Histórico. Disponível em: <<http://www.iisl.br/museu/museu2.php>>. Acesso em: 26 de mar. de 2017.

IPHAE. *Bem Tombado*. Antiga Igreja Evangélica do Hospital Colônia de Itapuã. [2015?]. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=36901>>. Acesso em: 21 de set. de 2015.

JULIÃO, Leticia. Os Museus e a preservação do patrimônio no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZARRA, Rafael Zamorano (orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2014. p. 173-186.

MAGALHÃES, Lia Conceição Mineiro de Souza. *Entrevista 02*: 01 de set. de 2015. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2015.

O TEMPO Betim. *Conjunto Arquitetônico da Colônia Santa Izabel*. 2009. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-col%C3%B4nia-santa-izabel-1.630626>>. Acesso em: 26 de mar. 2018.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

PREFEITURA de Betim. *Bens Tombados*. Disponível em: <[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_orgaos/funarbe/memoria\\_patrimoni\\_o\\_cultural/bens\\_tombados/40625%3B39103%3B0716181302%3B0%3B0.asp](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_orgaos/funarbe/memoria_patrimoni_o_cultural/bens_tombados/40625%3B39103%3B0716181302%3B0%3B0.asp)>. Acesso em: 26 de mar. de 2018.

PREFEITURA de Porto Alegre. *Secretaria Municipal de Cultura*. Documentário A Cidade é exibido no Instituto Goethe nesta quarta. 2016. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p\\_noticia=187838&DOCUMENTARIO+A+CIDADE+SERA+EXIBIDO+NO+INSTITUTO+GOETHE+NA+QUARTA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_noticia=187838&DOCUMENTARIO+A+CIDADE+SERA+EXIBIDO+NO+INSTITUTO+GOETHE+NA+QUARTA)>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. *Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS. Porto Alegre, 2005, 149 p.

QUEVEDO, Éverton Reis. *“Isolamento, isolamento e ainda isolamento” o Hospital Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul (1930-1950)*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: Estudos da História das Sociedades Ibero-Americanas, da PUC-RS, para obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005, 189p. 87

QUEVEDO, Éverton Reis. *Entrevista 03*: 05 de out. de 2015. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2015.

REDE Super de Televisão. DTUP - *Conheça a Colônia Santa Izael e a história da hanseníase em Minas*. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZfPQeBZ6K2Q>>. Acesso em: 26 de mar. de 2018.

SANT'ANNA, Marcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *“Não Caminhamos Sós”*: Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004. 285 p.

SERRES, Juliane Conceição Primon. BORGES, Viviane Trindade. Memória, sofrimento e apartação: a patrimonialização de instituições de isolamento. In: *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis – SC. 2014, p. 01-16.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Uma memória que agoniza: Hospital Colônia Itapuã - RS. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH Brasil. Natal-RN, 2013, 12 p. 89.

TVBETIM UHF. *Memorial Hanseníase Colônia Santa Izael*. 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=czgalKnX\\_Sk](https://www.youtube.com/watch?v=czgalKnX_Sk)>. Acesso em: 26 de mar. de 2018.